

POLÍTICA ECONÔMICA

Imposto de Renda cobrado sobre fundos de previdência complementar será reduzido para incentivar a aplicação de recursos por um período maior. Medida entrará em vigor a partir de janeiro do próximo ano

Governo estimula a poupança

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, anunciou ontem novas medidas de redução tributária para incentivar a poupança de longo prazo e investimentos. As mudanças entram em vigor em 2005. Os planos de previdência complementar pagos pelo empregado e pela empresa vão recolher menos Imposto de Renda (IR), o que vai aumentar o rendimento do dinheiro aplicado. Por conseguinte, o valor das aposentadorias também vai subir.

Técnicos da Fazenda informaram que o benefício vai implicar perda em 2005 de R\$ 450 milhões de arrecadação federal. Os fundos que não têm patrocinadores já estão isentos dessa tributação. Por isso, não serão atingidos pela mudança, que será encaminhada ao Palácio do Planalto na próxima semana. A alteração na tributação do IR será feita pela eliminação do RET (Regime Especial de Tributação). Este mecanismo foi introduzido em 2002 para que o pagamento do imposto devido se fizesse trimestralmente, o que não acontecia antes.

Também foi criado um novo sistema de recolhimento do IR sobre os fundos. As alíquotas serão menores quanto mais tempo os recursos permanecerem aplicados. A tabela começa com uma alíquota de 35% e será reduzida em cinco pontos percentuais a cada dois anos, até alcançar 10% - o que vai acontecer depois de dez anos de contribuição. Segundo o governo, a mudança repre-

Jamil Bittar/Reuters



PALOCCI CONVOCOU COLETIVA PARA ANUNCIAR A REDUÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

senta vantagens para quem hoje recolhe o tributo pelas alíquotas de 15% e 27,5% - mesmos percentuais do imposto retido na fonte -, desde que o investidor permaneça mais tempo no fundo previdenciário.

Como a medida só vale para

novos fundos, quem já tem um plano e quiser mudar poderá abrir um novo plano e ficar com dois produtos ou migrar do fundo antigo para o novo. Nesse último caso, no entanto, o tempo passa a ser contado depois da migração.

BALANÇO ECONÔMICO

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Sob o pretexto de conhecer alguns novos auxiliares de Palocci e fazer um balanço do desempenho da economia no último ano e meio, Lula convocou a cúpula da Fazenda para uma reunião anteontem à noite. Depois de ouvir explicações sobre os efeitos esperados das medidas tributárias tomadas pelo governo e sobre as perspectivas de crescimento daqui para frente, Lula deu seu aval.

Segundo Antônio Palocci, durante duas horas, Lula recebeu informações sobre os últimos indicadores disponíveis, que apontam para uma melhora geral das condições econômicas. Em entrevista, o ministro detalhou como foi a reunião com o presidente. A seguir, os principais trechos

Ajuda à Varig

❖ Nesse momento não há nenhum estudo para injeção de recursos na empresa. A Constituição não me dá o direito de abrir mão de nenhum crédito que a União tenha, nem sobre pessoas nem sobre empresas. Então, isso também não está em debate, até porque a legislação não permite.

Henrique Meirelles

❖ Para nós, é uma questão já resolvida. Foi feita a medida provisória que eu solicitei ao presidente Lula no sentido de dar ao BC uma estruturação mais adequada a suas funções. Todos sabem quanto o sistema financeiro é sensível aos processos tanto políticos quanto econômicos, e nós temos a responsabilidade de garantir que esses processos possam ser feitos com serenidade.

Redução de impostos

❖ Ainda temos algum espaço para ajustes, mas ainda não há um total desenho da tributação neste ano. Quem olhar o resultado da arrecadação de julho vai ver que aquele salto da

Cofins (*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*) de maio e junho não se repete em julho. A Cofins já começa a se acomodar. Por outro lado, outros impostos estão crescendo de maneira significativa sem aumento de alíquotas, o que mostra a força da atividade econômica crescente. O presidente Lula nos autorizou a usar todo o espaço disponível para fazer ajustes na carga, estimulando o que nos parece mais adequado, como investimentos, poupança de longo prazo, geração de empregos, numa tributação que seja a mais adequada possível.

Cobrança dos inativos

❖ Vamos seguir a decisão do Supremo e as orientações da Advocacia Geral da União. Tudo que tiver que ser devolvido será devolvido da melhor maneira possível. A decisão do Supremo foi muito importante do ponto de vista das reformas do país, e vamos cumpri-la sem dúvida nenhuma. O Ministério do Planejamento saberá como devolver os recursos aos inativos.

Superávit primário

❖ Não modificaremos o superávit primário. Já consolidamos para os próximos anos um superávit nos níveis de que o Brasil necessita, o que tem se mostrado eficaz na redução da dívida pública. A curva da dívida em relação ao PIB tem mostrado uma inclinação para baixo muito importante. O maior dos erros seria desestruturar a questão fiscal. Estamos discutindo com o FMI que há determinados investimentos que fortalecem a estrutura fiscal, com benefício fiscal de curtíssimo prazo. Já recebemos uma missão especial do FMI para discutir o assunto e estamos consolidando a proposta para o projeto no ano que vem. Estamos estudando quais os investimentos orçamentários que têm

qualidade fiscal e econômica para se enquadrar no critério.

Folha de pagamento

❖ Não há dentro do governo nenhuma dúvida de que a transferência da tributação sobre a folha de salários para o valor agregado (*pela empresa na sua atividade econômica*) beneficia a geração de empregos. O que existe é alguma sensibilidade a esta medida por parte das empresas porque ela muda a tributação de maneira forte. Fizemos uma alteração muito grande na incidência da Cofins, e as empresas ainda estão se adaptando. Fazer uma mudança de grandes proporções na folha de pagamentos agora não seria adequado. As próprias lideranças empresariais vêem a medida como positiva, mas todos pedem cautela. Devemos levar um tempo maior estudando o assunto. Mas me parece claríssimo que, se for bem feita e atingir as bases salariais mais baixas, a desoneração da folha de pagamentos significa um benefício ao trabalhador, ao nível salarial e à geração de emprego.

Parceria com empresas

❖ O orçamento do ano que vem vai prever investimentos de importantes, mas todos sabem que os investimentos públicos hoje são insuficientes para as necessidades de infraestrutura do Brasil. Os projetos de parceria podem significar um avanço fundamental no sentido de estimular a realização de obras cujo retorno social seja superior ao retorno econômico. Essa é a questão central das Parcerias Público-Privadas. Quando uma obra é exclusivamente social, geralmente a ação é do governo. Quando é uma obra de infraestrutura que tem alto retorno econômico, ela pode ser totalmente privada.